



TERMO DE ABERTURA DE PROJETO

1. Identificação

Nome do Projeto: Revisão do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)

Patrocinador: Henry Petry Junior - Corregedor-Geral da Justiça

Gerente do Projeto: Priscila Meireles de Sousa

Unidade: Núcleo II da CGJ

Data de Abertura: 21.02.2018

2. Justificativa

O atual Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) demanda atualização, tanto para se adequar às determinações de outros diplomas legais de hierarquia formal superior, como também para o reajuste de rotinas de trabalho, consoante apontado pelos setores específicos.

Com efeito, o atual Regimento Interno entrou em vigor na data de 16.12.2005, tendo o seu texto sido pontualmente modificado em 29.11.2012, por meio de decisão do Conselho da Magistratura (CM).

Trata-se, destarte, de normativa que, pelo natural transcurso do tempo, desafia cuidadosa revisão e atualização, em atenção às mudanças ocorridas no âmbito administrativo desta Corregedoria e às posteriores regulamentações que tiveram o condão de prejudicar a incidência de determinadas disposições.

Ademais, o projeto de Mapeamento das Rotinas Internas de Trabalho, em transcurso neste Núcleo II da CGJ, já apontou sugestões de aprimoramento legislativo, para eliminar ou reduzir gargalos operacionais, notadamente quanto à distribuição de atribuições administrativas.

Como decorrência, recomenda-se a atualização normativa como medida de aprimoramento da administração da CGJ, por meio de sua desburocratização, modernização e claro estabelecimento de estrutura geral.

3. Alinhamento Estratégico

O projeto está alinhado com os seguintes aspectos da estratégia institucional do Poder Judiciário Catarinense:

- Garantir a humanização do atendimento e buscar satisfação dos cidadãos;



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Corregedoria-Geral da Justiça
Núcleo 2 – Estudo, Planejamento e Projetos
Projeto: Revisão do Regimento Interno da CGJ do TJSC

- Aprimorar a comunicação institucional;
- Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva;
- Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho;

- Aperfeiçoar a comunicação interna; e,
- Racionalizar e normatizar as atividades, melhorando a produtividade.

E da CGJ:

- Objetivos estratégicos: Procedimentos internos.

4. Objetivo Geral

Revisar e atualizar o Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário de Santa Catarina, tanto para se adequar às determinações de outros diplomas legais de hierarquia formal superior, como também para o reajuste de rotinas de trabalho, consoante apontado pelos setores específicos.

Mais especificamente, objetiva-se:

- Normatizar, objetivamente, a atual estrutura organizacional da Corregedoria-Geral da Justiça, ouvidos os setores envolvidos;
- Desburocratizar o funcionamento do órgão, de modo a facilitar o desenrolar das atividades internas;
- Excluir disposições ultrapassadas por normativas (internas e/ou externas) posteriores;
- Adaptar o Regimento Interno à modernização inerente do Poder Judiciário estadual, com ênfase no aspecto digital/eletrônico; e
- Aprimorar, por meio do alcance de maiores patamares de celeridade e efetividade, as funções inerentes ao órgão (orientação, controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciais e extrajudiciais estaduais).

5. Premissas

A abertura do projeto encontra respaldo no art. 383, XVIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, segundo o qual, dentre outras atribuições, compete ao Corregedor-Geral a elaboração do “Regimento Interno da Corregedoria, submetendo-o à aprovação do Conselho Disciplinar da Magistratura”.

Cabe ressaltar ainda que os objetivos se encontram em consonância com outros



projetos e desenvolvimento por este Núcleo II, mais especificamente os que versam sobre a revisão dos normativos da CGJ/SC e o mapeamento dos processos internos de trabalho.

6. Restrições

O tempo de finalização, estipulado em 03 (três) meses, enseja abordagem objetiva e descomplicada do projeto.

7. Riscos

- Novas normativas, com vigência posterior à finalização da revisão do Regimento Interno, a tornarem obsoletas determinadas disposições mantidas, modificadas ou incluídas pelo projeto;

- Permanência de lacunas normativas e/ou surgimento de inconsistências em decorrência das constantes atualizações dos setores integrantes do órgão.

8. Etapas

N.	Conteúdo	Meta
1	Estudo pormenorizado do atual Regimento Interno da CGJ/SC	21.02.2018
2	Análise comparativa de regimentos internos de outras Corregedorias	21.02.2018
3	Levantamento dos setores atuais deste órgão, tendo-se por base os relatórios de gestão e transição relativos ao biênio 2016-2018	21.02.2018
4	Análise comparativa dos normativos internos e externos que possam influenciar o processo de revisão do Regimento Interno, com apoio dos dados levantados pelo projeto de revisão dos normativos da CGJ/SC	28.02.2018
5	Levantamento, junto aos setores da CGJ/SC, bem como em atenção ao mapeamento dos processos internos de trabalho (projeto), das atividades atualmente realizadas, possibilitando-lhes a oferta de sugestões, mormente no âmbito da modernização dos procedimentos internos	07.03.2018
6	Elaboração da primeira versão do novo texto normativo, com a inclusão de referências pertinentes nos artigos que as desafiarem (por exemplo, “vide resolução x”)	21.03.2018
7	Envio do texto aos setores envolvidos, para eventual reformulação de disposições	22.03.2018
8	Eventual modificação do texto, a depender do <i>feedback</i> dos setores envolvidos	28.03.2018
9	Envio do texto à revisão gramatical e de técnica legislativa	29.03.2018
10	Envio da nova versão do texto ao Corregedor-Geral da Justiça	20.04.2018
11	Eventual modificação do texto, a depender do <i>feedback</i> do Corregedor-Geral da Justiça, mantendo-se o ciclo enquanto necessário	07.05.2018
12	Nova revisão gramatical e de técnica legislativa, se necessário	14.05.2018
13	Aprovação da versão final do texto pelo Corregedor-Geral da Justiça	22.05.2018
14	Remessa do texto ao Conselho da Magistratura, para aprovação e homologação	23.05.2018
15	Publicação da nova redação	-----
16	Divulgação interna da nova redação	-----

9. Principais Envolvidos

Envolvido	Cargo	Função no Projeto
Henry Petry Junior	Corregedor-Geral da Justiça	Patrocinador
Orlando Luiz Zanon Junior	Juiz Corregedor	Equipe do Projeto
Priscila Meireles de Sousa	Assessor Correicional	Gerente do Projeto
Gilson Luís Nôrcio	Núcleo II da CGJ	Equipe de Projeto
Ramon de Quadros Costa	Núcleo II da CGJ	Equipe de Projeto
Douglas Sausedo Nunes	Núcleo II da CGJ	Equipe do Projeto



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Corregedoria-Geral da Justiça
Núcleo 2 – Estudo, Planejamento e Projetos
Projeto: Revisão do Regimento Interno da CGJ do TJSC

Cícero Diogo Meneguzzi Metz	Secretário da CGJ	Equipe de Projeto
Repres. da Assessoria de Informática	Corregedoria-Geral da Justiça	Equipe do Projeto
Diretor e/ou repres. da DTI	Diretoria de Tec. da Informação - DTI	Equipe do Projeto
Diretor e/ou repres. da DDI	Diretoria de Documentação e Informações	Equipe do Projeto

10. Aprovações

Henry Petry Junior
Corregedor-Geral da Justiça

Orlando Luiz Zanon Junior
Juiz Corregedor do Núcleo II

Gerente do Projeto